Setor sucroenergético

Ações para Revitalização

Marcos Fava Neves*

OS ENTRAVES que hoje impedem os investimentos e o desenvolvimento da cadeia da cana são de responsabilidade de tanto do Estado (dois terços), como da inciativa privada (um terço).

Sob a ótica privada, a principal questão refere-se ao que se pode chamar de "vazamentos do sistema hidráulico sucroenergético". São aquelas ineficiências existentes na produção e na indústria que precisam ser trabalhadas para estancar a "sangria de caldo", que eleva os custos. O crescimento acelerado, quase que descontrolado, na fase de euforia, entre 2004 e 2008, gerou ineficiências.

Sempre tivemos em mente, como preços de equilíbrio para pagar todos os custos, USc$ 14 por libra no açúcar e R$ 0,70 por litro no etanol hidratado. Passados cerca de cinco anos, empresários e pesquisadores do setor estimam agora a necessidade de um preço de USc$ 20 por libra no açúcar e R$ 1 por litro no etanol para equilibrar as contas.

Precisamos lutar para reduzir outra vez os custos de produção. Para isso, alguns dos principais problemas foram listados, tanto na produção agrícola, quanto na industrial.

Esses pontos decorrem em parte da falta de renda para investir (rentabilidades negativas), porém também ocorrem erros de gestão. Os custos de produção de cana precisam ser reduzidos em relação às terras mais caras e há necessidade de alta produtividade nos próximos anos.

Observa-se, ainda, a necessidade de esforços permanentes em mecanismos de comercialização, para se reduzir os custos de transação. A revisão dos valores pagos pelo Consecana ajuda a focar-se nas atividades principais de produção.

A agenda mais Pública do que Privada

O valor da Petrobras caiu de R$ 430 bilhões para R$ 237,3 bilhões, de 2007 para cá. Diante desta situação, o conselho da empresa recomendou investimento apenas onde exista retorno financeiro. Portanto, os investimentos previstos em etanol, de US$ 2 bilhões até 2015, podem ser postergados pela baixa rentabilidade. Ou seja, tem-se aqui um ciclo de pobreza, pois o uso político da Petrobras diminui

Problemas na produção de cana-de-açúcar

- Falta de renovação e consequente envelhecimento dos canaviais;
- Plantios feitos fora da época adequada;
- Expansão rápida feita em áreas de solos não corrigidos e pobres;
- Perdas acima do esperado do sistema de plantio mecanizado;
- Baixo investimento em irrigação;
- Pouca adequação das variedades escolhidas para os plantios;
- Falta de qualidade de mão de obra disponível;
- Aumento de custo da mão de obra face à legislação trabalhista;
- Insuficiente capacitação técnica das equipes de fornecedores e das usinas;
- Alta rotatividade de pessoas e inflação de salários pela disputa por mão de obra;
- Baixo nível de biotecnologia aplicado quando comparado a outras culturas;
- Pragas de difícil controle e em expansão, principalmente nas novas áreas;
- Deficiência nos tratos culturais causada pela falta de recursos;
- Tradicionalismo, que dificulta absorção de novas tecnologias;
- Pouco compartilhamento de ativos produtivos;
- Grandes efeitos negativos do clima sobre a produtividade;
- Falta de um plano estruturado para conquista das novas áreas;
- Baixa escala de produção dos sistemas motomecanizados.

Problemas na área industrial

- Ineficiência logística para buscar a matéria-prima e distribuir os produtos;
- Aumento dos custos de estocagem;
- Capacidade de produção ociosa;
- Pouca flexibilidade para produzir maiores quantidades do produto mais rentável;
- Endividamento, que eleva os custos financeiros e força a comercialização prematura;
- Equipamentos obsoletos em muitas usinas, gerando perdas no processo;
- Aumento nos custos de manutenção das usinas e nos prazos de entrega de serviços;
- Aumento dos custos do uso de subprodutos;
- Inflação de salários pela disputa por pessoas qualificadas;
- Curva de aprendizagem nos *greenfields*.

a rentabilidade do setor de cana, que afugenta os investimentos, inclusive os da própria Petrobras, contribuindo para a grave crise que está instalada.

Com as vendas de aproximadamente três milhões de carros *flex*, o mercado segue em constante crescimento, mas com queda na produção de cana-de-açúcar. O Governo anunciou que a Petrobras estaria autorizada a reajustar o preço da gasolina, para viabilizar o plano de investimentos da companhia, de US$ 236,5 bilhões. O aumento de 7,83% foi insuficiente. Especilistas apontam que a defasagem continua entre 8 e 10%.

Como o Governo eliminou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), o preço da gasolina na bomba não sofreu qualquer alteração. E, ao eliminar a CIDE da gasolina e do diesel, cerca de R$ 7 bilhões na arrecadação destinados diretamente à infraestrutura de transportes, já tão enfraquecida no Brasil, serão perdidos.

País considerado ambiental, que sediou a Conferência Rio+20, caso esses R$ 7 bilhões fossem investidos no setor sucroenergético, poderiam ser feitas sessenta e oito novas usinas de cana (*greenfields*) com capacidade de moagem de 2 milhões de toneladas de cana, de modo que o Brasil poderia:

a) Atender o crescente mercado mundial de açúcar, recuperando parcela de mercado perdida, com a arrecadação de divisas;

b) Abastecer com etanol uma grande parte da frota *flex* existente no mercado interno;

c) Ter etanol suficiente para exportar aos EUA, onde o produto feito de cana é privilegiado por ser considerado um combustível avançado, com mais renda nas exportações;

d) Deixar de importar gasolina e diesel, que no primeiro semestre deste ano contribuíram com um buraco bilionário na balança comercial;

e) Exportar gasolina e petróleo, contribuindo positivamente para a balança comercial;

f) Produzir grande volume de biomassa, com a cogeração de eletricidade limpa para o crescente mercado interno brasileiro;

g) Produzir mais matéria-prima para gerar os novos produtos promissores, como o plástico, o diesel, o querosene, a gasolina de cana e muitos outros;

h) Retomar os milhares de empregos perdidos nos polos produtores de equipamentos (bens de capital, notadamente em Sertãozinho e Piracicaba);

i) Arrecadar uma quantidade brutal de impostos com a venda do açúcar, etanol, eletricidade e outros produtos nos próximos anos;

j) Ajudar na limpeza do ar das cidades, com os automóveis movidos a etanol.



CCA/UFSCAR

A previsão do País, neste ano, é fechar a balança comercial com saldo de apenas US$ 15 bilhões, sendo que a projeção do Fundo Monetário Internacional da mesma é que ela fique deficitária em US$ 3 bilhões, para 2017. Poderíamos inverter esse quadro, com a redução de importações e aumento de exportações, de menos uns US$ 15 bilhões na balança comercial brasileira.

Não é possível recuperar esse apagão dos últimos quatro anos, mas podemos rapidamente tomar medidas, para os investimentos voltarem a:

a) Aumentar a mistura de anidro na gasolina para 25%, com consumo de mais de 1 bilhão de litros de etanol. Isso influiria positivamente nos preços do açúcar e na rentabilidade do setor;

b) Zerar a cobrança de PIS e Cofins no etanol, com a redução de R$ 0,12 no custo do litro;

c) Trabalhar para os estados reduzirem a incidência de ICMS no etanol (em alguns casos, responsável por mais de R$ 0,55 do preço final do litro);

d) Permitir um ligeiro aumento do preço da gasolina na bomba, sem impacto inflacionário (R$ 0,10 a R$ 0,20 por litro);

e) Encontrar maneiras institucionais para agilizar os apoios do BNDES (Prorenova e outros) via cooperativas ou outros mecanismos. Hoje, existe enorme dificuldade em conseguir acesso aos recursos disponibilizados;

f) Reduzir os impostos sobre equipamentos (bens de capital) dos *greenfields* ou de expansões, uma vez que estes projetos têm impostos acumulados de quase 25%;

g) Realizar leilões específicos para a bioeletricidade da cana, com tributação diferenciada, que reflita seu aspecto renovável e limpo.

Com estas medidas, o governo brasileiro promoverá o crescimento do PIB via investimentos e não via consumo, que hoje representa a maioria das medidas de estímulos tomadas, com a geração de produção, impostos, empregos e interiorização de desenvolvimento. ■

* Professor da FEA/USP, Campus Ribeirão Preto, e coordenador do Markestrat